



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

PROCESSO DISCIPLINAR 01/2016

Apuração de Denúncia por Infração Ético-Disciplinar

Denunciante: Vereador Adilson Alves Leandro (Mestre Pop)

Denunciado: Vereador José Maria Alves Pereira (Zé Maria)

PARECER

I - REGISTRO DE PROCEDIMENTO

Nos termos do Art.22 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, os vereadores membros do referido Conselho, foram convocados para reunião 25 de abril de 2016, às 14:30, para recomposição dessa junta de instrução, concatenando-se nova relatoria com o prazo de cinco dias, para entrega desse relatório, regimentalmente indicado para 02 de maio de 2016.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

Destacamos que de acordo com o Art. 30 “O procedimento previsto neste capítulo deverá ser concluído no prazo de sessenta dias contados da notificação do denunciado.” processo de sindicância encaminhado pela Exa. Sra. Corregedora, para seguimento dos trâmites legais e regimentais, nos termos do Art. 17, III e 20, do Código de Ética e

Decoro Parlamentar, pelo gabinete da presidência 17 de fevereiro de 2016. A composição da Junta de Instrução foi convocada na data de 23 de fevereiro de 2016. Assim essa relatoria entende que próximo de exarar o prazo regimental, por causas que extrapolam esse procedimento disciplinar, a referendada Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal diante da consulta 03/2016, e parecer 013/2016, datada em 13 de abril de 2016, encaminhou-se à suspensão do prazo regimental, após recomposição da Junta, e eleição do Relator pelo conselho. Assim suspensa em 14 de abril de 2016. **Com novo prazo de dez dias para finalização do processo.**

Em conformidade com texto subsequente, do Regimento Interno, anexo o Código de Ética e Decoro Parlamentar, segue: “Parágrafo único. “Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos”, assim demonstramos que esse conselho se manifesta por força maior, incapaz de indicar o prosseguimento desse processo. Hora visto que a conclusão do mesmo daria-se:

“Art. 24 Decorrido o prazo para apresentação da defesa, a Junta emitirá parecer quanto ao recebimento ou não da denuncia, no prazo de cinco dias.” Assim dia 02 de maio de 2016.

“Parágrafo único. A intimação para todos os atos da instrução far-se-á com a antecedência mínima de dois dias” Para tanto no mínimo dia 05 de maio de 2016.

“Art. 27 Concluída a instrução, será oferecidas alegações finais escritas pelo denunciado e apresentada manifestações da Corregedoria da Câmara, nesta ordem, no prazo sucessivo, de cinco dias.

Art. 28 Findo o prazo do artigo anterior, a Junta de Instrução emitirá parecer final, no prazo de dez dias, indicando proposta de aplicação de penalidade disciplinar nos casos de procedência da denuncia, e solicitará ao Presidente do Conselho a convocação de reunião para sua apreciação.”

Assim o prazo regimental é obviamente extrapolado, e impedida esta junta de indicar coerentemente o prosseguimento do processo disciplinar 01/2016. Ainda consideramos estamos por fim do prazo limítrofe do procedimento instaurado.

RELATÓRIO

I - OS FATOS:

I.I DENÚNCIA:

Em síntese, na data de 24 de novembro de 2015, na sala dos vereadores, anexa ao Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, durante o horário da Sessão, o vereador José Maria, denunciado, informou ao vereador Mestre Pop, denunciante, a pergunta: “porque preto ia na igreja evangélica?” seguido da resposta: “o negro vai na igreja evangélica para chamar o branco de irmão.”, conforme consta no Boletim de Ocorrência nº 2015/1223156 no 1º. Distrito Policial da Capital, anexado as fls 04 da denuncia.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

I.II REGISTRO PARLAMENTAR:

A Divisão de Taquigrafia, notas taquigrafadas da Sessão Ordinária de 25 de novembro de 2015, conforme fls 38-70, registram fala do vereador Zé Maria, como primeiro inscrito no Pequeno Expediente, registrando a história, reconhecendo o fato, atrelando testemunhas, e pedindo perdão. Pronunciou-se vereador Zé Maria: "..., estou tendo a coragem de subir aqui, olhar nos seus olhos e te pedir perdão., Vereador Mestre Pop, me perdoe mais uma vez. fl. 39. O presidente da Câmara, franqueou a tribuna em sequência ao vereador Mestre Pop, que usou a tribuna para falar de respeito ao ser humano, ao negro afrodescendente, falou de suas emoções e sua família. Concluindo sua fala na sessão: "Então, perdão para mim é uma coisa fácil. Eu lhe perdoe. Mas tudo aquilo que tem na justiça vai ser feito até o fim para que sirva de exemplo e ninguém mais repita"

II - O MÉRITO

"Eu só quero, gente, que isso sirva, que isso não se repita em pleno Século XXI"

(fala do vereador Mestre Pop, taquigrafadas em sessão plenária)

Entende-se que o anseio do nobre vereador é correlato ao padrão de repetição que tem sido historicamente reproduzido na sociedade brasileira. Demonstra-se que a motivação de denúncia foi corroborada pela intenção de parar o ciclo de opressão histórico à minorias. Respeitando o "Tratado Internacional: Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1968":

"Considerando que as Nações Unidas têm condenado o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a ele associadas, em qualquer forma e onde quer que existam, e que a Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro de 1960 (Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral) afirmou e proclamou solenemente a necessidade de levá-las a um fim rápido e incondicional,

Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 20 de dezembro de 1963 (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia Geral) afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana,

Convencidos de que a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não existe justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum,

Reafirmando que a discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado,

Convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana,

Alarmados por manifestações de discriminação racial ainda em evidência em algumas áreas do mundo e por políticas governamentais baseadas em superioridade racial ou ódio, como as políticas de apartheid, segregação ou separação," (grifo dessa relatoria)

Destaca-se que através dessa Junta de Instrução, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, essa Câmara Municipal de Curitiba, em sua representação popular e função Legislativa, se submete integralmente ao Tratado Internacional de Direitos Humanos, compreendendo que jamais poderemos desconsiderar o fato ocorrido no ambiente parlamentar, em um ambiente democrático e representativo. Isso quer dizer que compreendemos que houve o fato de perturbação da paz, causando a desarmonia das pessoas que ali vivem e desempenham seus mandatos legislativos.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

De acordo com Art. 1º do Código de ética e Decoro Parlamentar, o mandato parlamentar se sujeita aos princípios da moral social e individual, assim legitimado está o direito de recorrer à esse nobre conselho na intenção resguardar princípios humanitário, garantidos pela Constituição da Republica Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Paraná, Lei Orgânica do Município, e Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba. Convencidos do direito de reclamação do denunciante à esse conselho, a observância do principio do devido processo legal, e seus corolários, confere-se a ampla defesa e contraditório nos termos do “Código de ética e Decoro Parlamentar” anexo ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba, contudo o destaque: de não constar previsão nesse Código de Ética e Decoro Parlamentar, indicações, restrições e sanções ou procedimentos protocolares que ocorram fora de plenário, extra plenário e reuniões oficiais.

Essa junta tem o carácter de apurar fatos, acompanhar previa defesa, e então opinar pela admissibilidade ou arquivamento do processo disciplinar, assim descredenciado o carácter de julgamento e ou sentenciamento creditados à órgãos de justiça. Afim de construir pontes de civilidade e cidadania. Essa relatoria coaduna com valores de respeito, tolerância e harmonia, entre brancos e negros. Ainda refutasse o conceito raça humana utilizado para acentuar diferenças. Acredita-se que ao destacar diferenças biológicas, como a pigmentação da pele, desqualifica-se o mérito e o valor humano, já que falamos em humanos, aqui remetemos à preceitos que coadunam igualdade e aproximação, em direção à política, à cidadania, e a convivência em paz.

Segundo Dr. Martin Luther King, não devemos ser medidos pela cor, mas sim pela conduta que temos: “Eu tenho o sonho de ver um dia meus filhos vivendo numa nação em que não sejam julgados pela cor de sua pele, mas sim pelo seu carácter.”, fica claro, evidente que ao diferenciarmos brancos e negros em ambientes políticos estaremos oportunizando um retrocesso na política e direitos humanos.

Ao falarmos de Políticas Publicas em Direitos Humanos, verifica-se não haver manifestação de órgãos de defesa de direitos ao fato. Entende-se que ao ecoar o fato, não obteve em ação de “má-fé” isso quer dizer que não caberia à essa junta instaurar parecer de acusação e defesa vista que a competência dessa junta coaduna-se em admitir ou não o processo ao colegiado do conselho de ética, sendo assim não contrapondo-se aos tramites legais sugeridos pelo denunciante outrora. Ora visto que o denunciado vereador Zé Maria não se absteve de forma honrosa e meritória à retratação e pedido de desculpas. Assim não podemos olvidar que posteriori à ocasião houve o pedido de perdão e a aceitação do mesmo.

Há ausência de Dolo, ainda é pressuposto dessa relatoria, visto que o denunciado e o denunciante compactuam que não houve a vontade de ofender, mesmo diante dos indubitáveis registros factuais, ambas as partes entendem o fato fazer parte de um evento extra parlamentar, de acordo com a doutrina pátria: “O delicto de injuria só é admitido na forma dolosa (consciência e vontade de ofender ou o decoro de terceiro) SIQUEIRA, Júlio Pinheiro Faro Homem de. Consideração sobre os crimes contra a honra da pessoa humana. Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 12, n 1299, 21 jan. 2007. Disponível em www.jus.com.br/artigos/9413. Assim coaduna-se que em momento algum o denunciante expressa intenção de indicar dolo por parte do denunciado, e claramente a subjetividade da vontade do agente em ofender o denunciante, trazendo à hermenêutica encontrar dolo.

Por parte do denunciante encontra-se a intenção de perpetuar direito de dignidade e respeito, à temas étnicos raciais. Corroborando a luta do Movimento Negro, e ressaltando atributos de igualdade. Entende-se que o denunciante em momento algum culminou em punição do denunciado, mas sim propõe honrar a temática histórica cultural afro-brasileira.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

Homenageia-se a bravura, e a coragem do denunciante em expor seus sentimentos em relação à causa, sem desconsiderar que esse parlamento através desse nobre colegiado não deve motivar-se por um ciclo emocional, como defendido pelo denunciante em sua fala na tribuna parlamentar. “não tenho ódio” disse vereador Mestre Pop, em resposta ao apelo do denunciado vereador Zé Maria “eu jamais tive a intenção de ferir alguém”, outro sim encontramos a intensa mobilização social ao redor do tema. Já que a legislação construída a partir de respostas da representatividade do movimento negro no Brasil à fatos como esse que relacionam-se a luta por direitos. Culminando em Leis temáticas como o Estatuto da Igualdade Racial, nº 12.288 de 2010.

Diante da grandeza da luta por direitos iguais à brancos e negros, Nelson Mandela declara: “devemos promover a coragem, onde há medo, promover o acordo onde existe conflito, e inspirar esperança onde há desespero” propomos a inspiração, de valores democráticos, nobres, coaduno ao respeito e esperança que os guerreiros e líderes históricos nos conduziram. Outorgando condições tolerância para a construção de pontes, exonerando pareceres polarizados de discriminação e distinção de quem quer que seja. Nos permitimos à sonhar em uma Câmara que ainda que representativa, se oponha a segregação racial, a segregação religiosa, e não tolere potencializadores de segregação, seja estes por caminhos que forem. Ressaltamos o ato do perdão. Condição essa que por si encerraria quaisquer fonte de disparidade parlamentar diante do exposto.

Esclarece-se segundo Júlio Pinheiro Faro Homem de Siqueira, que “depois de ver oferecida queixa, antes de haver sentença, pode haver perdão do ofendido ou perempção, ambas previstas no código de processo penal.” ainda que essa junta não tem competência de exaurir parecer em direção de julgamento penal, indicamos amparo jurídico em torno fato do perdão, que esmera-se em esclarecer os fatos e não implicação de segmento processual disciplinatório.

Verifica-se portanto que o perdão concedido oficialmente, traduz-se como ato contínuo e conclusivo. Segundo o dicionário Aurélio, da língua portuguesa:

Significado de Perdão

- 1 Remissão de culpa, dívida ou pena.
- 2 Absolvição, indulto.
- 3 Benevolência, indulgência.
- 4 Fórmula que exprime um pedido de desculpas.

A origem semântica do termo em hebraico é: NASA: Levantar. KAPHAR: Cobrir. Na origem Grega: APHÍEMI: deixa ir. CHARIZOMAI: ser gracioso com.

É indubitável a força da expressão parlamentar. Jamais este parlamento poderia desconsiderar a função de “parlar” de falar de um vereador que em essência aquele que traz veredas ao convívio social. E nesse ato, levantou-se o tema, cobrindo fatos, deixando transcórrer, com a tranquilidade do perdão, que define expressão de desculpas, com o benefício da absolvição de possíveis culpas.

Mandela declara o perdão, como uma forma de marco histórico. “Perdoem. Mas não esqueçam”, evocamos o perdão, mas não recorreremos ao esquecimento, mas elucidamos o tema. E destacamos o registro para que não haja recorrência. Como solicitado pelo denunciante ao nobre Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O registro ao respeito. O registro à bravura. O registro à coragem. O registro do perdão. O registro à memória à conciliação. O registro da boa convivência representativa. O registro da cultura da paz.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

III - CONCLUSÃO

Assim conclusivo ao parecer é considerar a envergadura do tema, a bravura do enfrentamento dessa casa legislativa, com a justiça e retidão daqueles que representam 1.879.355 habitantes (brancos e negros), segundo informações do IBGE 2015 (1),

Citamos o ator Morgan Freeman representativa voz contra o racismo: “Como detemos o racismo? Deixa de falar disso. Eu vou deixar de chamar um homem de branco, e vou te pedir que deixe de me chamar de um homem negro”

Encaminhamos ao fato, o arquivamento, sustentado pelas considerações taquigráficas outrora prorrogadas pela declaração de “perdão”. Sugerimos à harmonização do parlamento, ao foco de funções da construção de políticas públicas em direção do respeito e dignidade da população. Ainda cabíveis medidas em esferas judiciais competentes, e discussão em demais ambientes engajados, bem como a Comissão de Direitos Humanos, Segurança e Cidadania da Câmara Municipal de Curitiba e demais Comissões

E resposta ao Tratado Internacional sobre todas formas de discriminação Racial de 1968, que reafirma relações amistosas e a convivência em paz.

Apoia-se essa relatoria no fato da extrapolação dos prazos regimentais, e impedimento de seguimento justo do processo disciplinar nº 01/2016 em tempo hábil de sessenta dias desde início do tramite. Assim essa relatoria eleita pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Curitiba, através da Junta de Instrução, entende impossibilitado de admissão o processo disciplinar de autoria do Exmo. Vereador Mestre Pop, diante do Exmo. Vereador Zé Maria, por entender impraticável o seguimento desse processo por óbices regimentais. É o relato pelo arquivamento.

Curitiba 02 de Maio de 2016.

Vereadora Carla Pimentel
Relatora da Junta de Instrução
Processo Disciplinar 01/2016.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

ANEXOS:

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1968)*

Os Estados-partes na presente Convenção,

Considerando que a Carta das Nações Unidas baseia-se em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos, e que todos os Estados-membros comprometem-se a tomar medidas separadas e conjuntas, em cooperação com a Organização, para a consecução de um dos propósitos das Nações Unidas, que é promover e encorajar o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de raça, sexo, idioma ou religião,

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa pode invocar todos os direitos estabelecidos nessa Declaração, sem distinção alguma, e principalmente de raça, cor ou origem nacional,

Considerando que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação,

Considerando que as Nações Unidas têm condenado o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a ele associadas, em qualquer forma e onde quer que existam, e que a Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro de 1960 (Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral) afirmou e proclamou solenemente a necessidade de levá-las a um fim rápido e incondicional,

Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 20 de dezembro de 1963 (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia Geral) afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana,

Convencidos de que a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não existe justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum,

Reafirmando que a discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado,

Convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana,

Alarmados por manifestações de discriminação racial ainda em evidência em algumas áreas do mundo e por políticas governamentais baseadas em superioridade racial ou ódio, como as políticas de *apartheid*, segregação ou separação,

Resolvidos a adotar todas as medidas necessárias para eliminar rapidamente a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações, e a prevenir e combater doutrinas e práticas racistas e construir uma comunidade internacional livre de todas as formas de segregação racial e discriminação racial,

Levando em conta a Convenção sobre a Discriminação no Emprego e Ocupação, adotada pela Organização Internacional do Trabalho de 1958, e a Convenção contra a Discriminação no Ensino, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1960,

Desejosos de completar os princípios estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e assegurar o mais cedo possível a adoção de medidas práticas para esse fim,

Acordam o seguinte:

PARTE I

Artigo 1º - Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

2. Esta Convenção não se aplicará às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado-parte entre cidadãos e não cidadãos.

3. Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados-partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

4. Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.

Artigo 2º - Os Estados-partes condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a encorajar a promoção de entendimento entre todas as raças, e para este fim:

- a) Cada Estado-parte compromete-se a abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e zelar para que as autoridades públicas nacionais ou locais atuem em conformidade com esta obrigação;
- b) Cada Estado-parte compromete-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou uma organização qualquer;
- c) Cada Estado-parte deverá tomar as medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais e modificar, ab-rogar ou anular qualquer disposição regulamentar que tenha como objetivo criar a discriminação ou perpetuá-la onde já existir;
- d) Cada Estado-parte deverá tomar todas as medidas apropriadas, inclusive, se as circunstâncias o exigirem, medidas de natureza legislativa, para proibir e pôr fim à discriminação racial praticada por quaisquer pessoas, grupo ou organização;
- e) Cada Estado-parte compromete-se a favorecer, quando for o caso, as organizações e movimentos multirraciais, bem como outros meios próprios para eliminar as barreiras entre as raças e a desencorajar o que tenda a fortalecer a divisão racial.

2. Os Estados-partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, medidas especiais e concretas para assegurar, como convier, o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos, com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Essas medidas não deverão, em caso algum, ter a finalidade de manter direitos desiguais ou distintos para os diversos grupos raciais, depois de alcançados os objetivos, em razão dos quais foram tomadas.

Artigo 3º - Os Estados-partes condenam a segregação racial e o *apartheid* e comprometem-se a proibir e a eliminar nos territórios sob a sua jurisdição todas as práticas dessa natureza.

Artigo 4º - Os Estados-partes condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com este objetivo, tendo em vista os princípios formulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no artigo V da presente Convenção, *inter alia*:

- a) a declarar como delitos puníveis por lei, qualquer difusão de ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos, dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento;
- b) a declarar ilegais e a proibir as organizações, assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitem à discriminação racial e que a encorajem e a declarar delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades;
- c) a não permitir às autoridades públicas nem às instituições públicas, nacionais ou locais, o incitamento ou encorajamento à discriminação racial.

Artigo 5º - Em conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados-partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos:

- a) direito a um tratamento igual perante os tribunais ou qualquer órgão que administre a justiça;
- b) direito à segurança da pessoa ou à proteção do Estado contra violência ou lesão corporal cometida, quer por funcionários de Governo, quer por qualquer indivíduo, grupo ou instituição;
- c) direitos políticos, particularmente direitos de participar nas eleições - de votar e ser votado - conforme o sistema de sufrágio universal e igual, de tomar parte no Governo, assim como na direção dos assuntos públicos a qualquer nível, e de acesso em igualdade de condições às funções públicas;
- d) outros direitos civis, particularmente:
 - i) direito de circular livremente e de escolher residência dentro das fronteiras do Estado;
 - ii) direito de deixar qualquer país, inclusive o seu, e de voltar ao seu país;
 - iii) direito a uma nacionalidade;
 - iv) direito de casar-se e escolher o cônjuge;
 - v) direito de qualquer pessoa, tanto individualmente como em conjunto, à propriedade;
 - vi) direito de herdar;



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

vii) direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião;

viii) direito à liberdade de opinião e de expressão;

ix) direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas;

e) direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente:

i) direitos ao trabalho, à livre escolha de trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à proteção contra o desemprego, a um salário igual para um trabalho igual, a uma remuneração equitativa e satisfatória;

ii) direito de fundar sindicatos e a eles se afiliar;

iii) direito à habitação;

iv) direitos à saúde pública, a tratamento médico, à previdência social e aos serviços sociais;

v) direito à educação e à formação profissional;

vi) direito à igual participação nas atividades culturais;

f) direito de acesso a todos os lugares e serviços destinados ao uso do público, tais como meios de transporte, hotéis, restaurantes, cafés, espetáculos e parques.

Artigo 6º - Os Estados-partes assegurarão, a qualquer pessoa que estiver sob sua jurisdição, proteção e recursos eficazes perante os tribunais nacionais e outros órgãos do Estado competentes, contra quaisquer atos de discriminação racial que, contrariamente à presente Convenção, violarem seus direitos individuais e suas liberdades fundamentais, assim como o direito de pedir a esses tribunais uma satisfação ou reparação justa e adequada por qualquer dano de que foi vítima, em decorrência de tal discriminação.

Artigo 7º - Os Estados-partes comprometem-se a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino, educação, cultura, e informação, para lutar contra os preconceitos que levem à discriminação racial e para promover o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos, assim como para propagar os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da presente Convenção.

PARTE II

Artigo 8º - 1. Será estabelecido um Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (doravante denominado "Comitê"), composto de dezoito peritos de grande prestígio moral e reconhecida imparcialidade, que serão eleitos pelos Estados-partes dentre os seus nacionais e que exercerão suas



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

funções a título pessoal, levando-se em conta uma distribuição geográfica equitativa e a representação das formas diversas de civilização, assim como dos principais sistemas jurídicos.

2. Os membros do Comitê serão eleitos em votação secreta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes. Cada Estado-parte pode indicar uma pessoa dentre os seus nacionais.

3. A primeira eleição se realizará seis meses após a data da entrada em vigor da presente Convenção. Ao menos três meses antes da data de cada eleição, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas enviará uma carta aos Estados-partes para convidá-los a apresentar suas candidaturas no prazo de dois meses. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas organizará uma lista, por ordem alfabética, de todos os candidatos assim designados, com indicações dos Estados-partes que os tiverem designado, e a comunicará aos Estados-partes.

4. Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas. Nesta reunião, na qual o quorum será estabelecido por dois terços dos Estados-partes, serão eleitos membros do Comitê os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados-partes presentes e votantes.

5. a) Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Entretanto, o mandato de nove dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao final de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, os nomes desses nove membros serão escolhidos, por sorteio, pelo Presidente do Comitê.

b) Para preencher as vagas fortuitas, o Estado-parte cujo perito tenha deixado de exercer suas funções de membro do Comitê nomeará outro perito entre seus nacionais, sob reserva da aprovação do Comitê.

6. Os Estados-partes serão responsáveis pelas despesas dos membros do Comitê para o período em que estes desempenharem funções no Comitê.

Artigo 9º - 1. Os Estados-partes comprometem-se a submeter ao Secretário Geral das Nações Unidas, para exame do Comitê, um relatório sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que adotarem para tornarem efetivas as disposições desta Convenção:

a) no prazo de um ano, a partir da entrada em vigor da Convenção, para o Estado interessado; e

b) posteriormente, pelo menos a cada quatro anos e toda vez que o Comitê vier a solicitar.

O Comitê poderá solicitar informações complementares aos Estados-partes.

2. O Comitê submeterá anualmente à Assembleia Geral um relatório sobre suas atividades e poderá fazer sugestões e recomendações de ordem geral baseadas no exame dos relatórios e das informações recebidas dos Estados-partes. Levará estas sugestões e recomendações de ordem geral



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

ao conhecimento da Assembleia Geral e, se as houver, juntamente com as observações dos Estados-partes.

Artigo 10 - O Comitê adotará seu próprio regulamento interno.

2. O Comitê elegerá sua Mesa para um período de dois anos.
3. O Secretário Geral das Nações Unidas fornecerá os serviços de Secretaria ao Comitê.
4. O Comitê reunir-se-á normalmente na sede das Nações Unidas.

Artigo 11 - Se um Estado-parte considerar que outro Estado-parte não vem cumprindo as disposições da presente Convenção poderá chamar a atenção do Comitê sobre a questão. O Comitê transmitirá, então, a comunicação ao Estado-parte interessado. Em um prazo de três meses, o Estado destinatário submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas pelo referido Estado.

2. Se, dentro do prazo de seis meses, a contar da data do recebimento da comunicação original pelo Estado destinatário, a questão não estiver dirimida satisfatoriamente para ambos os Estados-partes interessados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver a sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la ao Comitê, mediante notificação endereçada ao Comitê ou ao outro Estado interessado.

3. O Comitê só poderá tomar conhecimento de uma questão, de acordo com o parágrafo 2º do presente artigo, após ter assegurado que todos os recursos internos disponíveis tenham sido utilizados e esgotados, em conformidade com os princípios do Direito Internacional geralmente reconhecidos. Não se aplicará essa regra quando a aplicação dos mencionados recursos exceder prazos razoáveis.

4. Em qualquer questão que lhe for submetida, o Comitê poderá solicitar aos Estados-partes presentes que lhe forneçam quaisquer informações complementares pertinentes.

5. Quando o Comitê examinar uma questão conforme o presente artigo, os Estados-partes interessados terão o direito de nomear um representante que participará sem direito de voto dos trabalhos no Comitê durante todos os debates.

Artigo 12 - 1. a) Depois que o Comitê obtiver e consultar as informações que julgar necessárias, o Presidente nomeará uma Comissão de Conciliação *ad hoc* (doravante denominada "Comissão"), composta de 5 pessoas que poderão ou não ser membros do Comitê. Os membros serão nomeados com o consentimento pleno e unânime das partes na controvérsia e a Comissão porá seus bons ofícios à disposição dos Estados presentes, com o objetivo de chegar a uma solução amigável da questão, baseada no respeito à presente Convenção.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

b) Se os Estados-partes na controvérsia não chegarem a um entendimento em relação a toda ou parte da composição da Comissão, em um prazo de três meses, os membros da Comissão que não tiverem o assentimento dos Estados-partes na controvérsia serão eleitos por escrutínio secreto, dentre os próprios membros do Comitê, por maioria de dois terços.

2. Os membros da Comissão atuarão a título individual. Não deverão ser nacionais de um dos Estados-partes na controvérsia nem de um Estado que não seja parte na presente Convenção.

3. A Comissão elegerá seu Presidente e adotará seu regulamento interno.

4. A Comissão reunir-se-á normalmente na Sede das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar apropriado que a Comissão determinar.

5. O secretariado, previsto no parágrafo 3º do artigo 10, prestará igualmente seus serviços à Comissão cada vez que uma controvérsia entre os Estados-partes provocar sua formação.

6. Todas as despesas dos membros da Comissão serão divididas igualmente entre os Estados-partes na controvérsia, com base em um cálculo estimativo feito pelo Secretário Geral.

7. O Secretário Geral ficará autorizado a pagar, se for necessário, as despesas dos membros da Comissão, antes que o reembolso seja efetuado pelos Estados-partes na controvérsia, de conformidade com o parágrafo 6º do presente artigo.

8. As informações obtidas e confrontadas pelo Comitê serão postas à disposição da Comissão, que poderá solicitar aos Estados interessados que lhe forneçam qualquer informação complementar pertinente.

Artigo 13 - 1. Após haver estudado a questão sob todos os seus aspectos, a Comissão preparará e submeterá ao Presidente do Comitê um relatório com as conclusões sobre todas as questões de fato relativas à controvérsia entre as partes e as recomendações que julgar oportunas, a fim de chegar a uma solução amistosa da controvérsia.

2. O Presidente do Comitê transmitirá o relatório da Comissão a cada um dos Estados-partes na controvérsia. Os referidos Estados comunicarão ao Presidente do Comitê, em um prazo de três meses, se aceitam ou não as recomendações contidas no relatório da Comissão.

3. Expirado o prazo previsto no parágrafo 2º do presente artigo, o Presidente do Comitê apresentará o Relatório da Comissão e as declarações dos Estados-partes interessados aos outros Estados-partes nesta Convenção.

Artigo 14 - Todo Estado-parte na presente Convenção poderá declarar, a qualquer momento, que reconhece a competência do Comitê para receber e examinar as comunicações enviadas por indivíduos ou grupos de indivíduos sob sua jurisdição, que aleguem ser vítimas de violação, por um Estado-parte, de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção. O Comitê não



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

receberá comunicação alguma relativa a um Estado-parte que não houver feito declaração dessa natureza.

2. Qualquer Estado-parte que fizer uma declaração de conformidade com o parágrafo 1º do presente artigo, poderá criar ou designar um órgão dentro de sua ordem jurídica nacional, que terá a competência para receber e examinar as petições de pessoas ou grupos de pessoas sob sua jurisdição, que alegarem ser vítimas de uma violação de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção e que esgotaram os outros recursos locais disponíveis.

3. A declaração feita de conformidade com o parágrafo 1º do presente artigo e o nome de qualquer órgão criado ou designado pelo Estado-parte interessado, consoante o parágrafo 2º do presente artigo, serão depositados pelo Estado-parte interessado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, que remeterá cópias aos outros Estados-partes. A declaração poderá ser retirada a qualquer momento, mediante notificação ao Secretário Geral das Nações Unidas, mas esta retirada não prejudicará as comunicações que já estiverem sendo estudadas pelo Comitê.

4. O órgão criado ou designado de conformidade com o parágrafo 2º do presente artigo, deverá manter um registro de petições, e cópias autenticadas do registro serão depositadas anualmente por canais apropriados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, no entendimento de que o conteúdo dessas cópias não será divulgado ao público.

5. Se não obtiver reparação satisfatória do órgão criado ou designado de conformidade com o parágrafo 2º do presente artigo, o peticionário terá o direito de levar a questão ao Comitê, dentro de seis meses.

6.a) O Comitê levará, a título confidencial, qualquer comunicação que lhe tenha sido endereçada, ao conhecimento do Estado-parte que supostamente houver violado qualquer das disposições desta Convenção, mas a identidade da pessoa ou dos grupos de pessoas não poderá ser revelada sem o consentimento expreso da referida pessoa ou grupos de pessoas. O Comitê não receberá comunicações anônimas.

b) Dentro dos três meses seguintes, o Estado destinatário submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito que elucidem a questão e, se for o caso, indiquem o recurso jurídico adotado pelo Estado em questão.

7.a) O Comitê examinará as comunicações recebidas em conformidade com o presente artigo à luz de todas as informações a ele submetidas pelo Estado interessado e pelo peticionário. O Comitê só examinará uma comunicação de um peticionário após ter-se assegurado de que este esgotou todos os recursos internos disponíveis. Entretanto, esta regra não se aplicará se os processos de recurso excederem prazos razoáveis.

b) O Comitê comunicará suas sugestões e recomendações eventuais ao Estado-parte e ao peticionário em questão.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

8. O Comitê incluirá em seu relatório anual um resumo destas comunicações e, se for necessário, um resumo das explicações e declarações dos Estados-partes interessados, assim como suas próprias sugestões e recomendações.

9. O Comitê somente terá competência para exercer as funções previstas neste artigo se pelo menos dez Estados-partes nesta Convenção estiverem obrigados, por declarações feitas de conformidade com o parágrafo 1º deste artigo.

Artigo 15 - 1. Enquanto não forem atingidos os objetivos da Resolução 1.514 (XV) da Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1960, relativa à Declaração sobre a Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, as disposições da presente Convenção não restringirão de maneira alguma o direito de petição concedido aos povos por outros instrumentos internacionais ou pela Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas.

2. a) O Comitê, constituído de conformidade com o parágrafo 1 do artigo VIII desta Convenção, receberá cópia das petições provenientes dos órgãos das Nações Unidas que se encarregarem de questões diretamente relacionadas com os princípios e objetivos da presente Convenção e expressará sua opinião e formulará recomendações sobre essas petições, quando examinar as petições dos habitantes dos territórios sob tutela ou sem governo próprio ou de qualquer outro território a que se aplicar a Resolução 1.514 (XV) da Assembléia Geral, relacionadas a questões tratadas pela presente Convenção e que forem submetidas a esses órgãos.

b) O Comitê receberá dos órgãos competentes da Organização das Nações Unidas cópia dos relatórios sobre medidas de ordem legislativa, judiciária, administrativa ou outras diretamente relacionadas com os princípios e objetivos da presente Convenção que as Potências Administradoras tiverem aplicado nos territórios mencionados na alínea "a" do presente parágrafo e expressará sua opinião e fará recomendações a esses órgãos.

3. O Comitê incluirá em seu relatório à Assembléia Geral um resumo das petições e relatórios que houver recebido de órgãos das Nações Unidas e as opiniões e recomendações que houver proferido sobre tais petições e relatórios.

4. O Comitê solicitará ao Secretário Geral das Nações Unidas qualquer informação relacionada com os objetivos da presente Convenção, de que este dispuser, sobre os territórios mencionados no parágrafo 2º (a) do presente artigo.

Artigo 16 - As disposições desta Convenção, relativas à solução das controvérsias ou queixas, serão aplicadas sem prejuízo de outros processos para a solução de controvérsias e queixas no campo da discriminação, previstos nos instrumentos constitutivos das Nações Unidas e suas agências especializadas, e não excluirão a possibilidade dos Estados-partes recorrerem a outros procedimentos para a solução de uma controvérsia, de conformidade com os acordos internacionais ou especiais que os ligarem.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

PARTE III

Artigo 17 - 1. A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas ou membros de qualquer uma de suas agências especializadas, de qualquer Estado-parte no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assim como de qualquer outro Estado convidado pela Assembléia Geral das Nações Unidas a tornar-se parte na presente Convenção.

2. Esta Convenção está sujeita à ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 18 - Esta Convenção está aberta à adesão de todos os Estados mencionados no parágrafo 1º do artigo XVII.

2. Far-se-á a adesão mediante depósito do instrumento de adesão junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 19 - 1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data em que o vigésimo sétimo instrumento de ratificação ou adesão houver sido depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

2. Para os Estados que vierem a ratificar a presente Convenção ou a ela aderir após o depósito do vigésimo sétimo instrumento de ratificação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data em que o Estado em questão houver depositado seu instrumento de ratificação ou adesão.

Artigo 20 - 1. O Secretário Geral das Nações Unidas receberá e enviará, a todos os Estados que forem ou vierem a tornar-se partes nesta Convenção, as reservas feitas pelos Estados no momento da ratificação ou adesão. Qualquer Estado que objetar a essas reservas, deverá notificar ao Secretário Geral, dentro de noventa dias da data da referida comunicação, que não as aceita.

2. Não será permitido reserva incompatível com o objeto e o propósito desta Convenção, nem reserva cujo efeito seja o de impedir o funcionamento de qualquer dos órgãos previstos nesta Convenção. Uma reserva será considerada incompatível ou impeditiva se a ela objetarem ao menos dois terços dos Estados-partes nesta Convenção.

3. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento por uma notificação endereçada com esse objetivo ao Secretário Geral das Nações Unidas. A notificação surtirá efeito na data de seu recebimento.



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

Artigo 21 - Todo Estado-parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos um ano depois da data do recebimento da notificação pelo Secretário Geral.

Artigo 22 - As controvérsias entre dois ou mais Estados-partes, com relação à interpretação ou aplicação da presente Convenção que não puderem ser dirimidas por meio de negociação ou pelos processos previstos expressamente nesta Convenção, serão, a pedido de um deles, submetidas à decisão da Corte Internacional de Justiça, a não ser que os litigantes concordem com outro meio de solução.

Artigo 23 - 1. Qualquer Estado-parte poderá, em qualquer momento, formular pedido de revisão desta Convenção, mediante notificação escrita dirigida ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

2. A Assembléia Geral das Nações Unidas decidirá sobre as medidas a serem tomadas, se for o caso, com respeito a este pedido.

Artigo 24 - O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas comunicará a todos os Estados mencionados no parágrafo 1º do artigo XVII desta Convenção:

- a) As assinaturas, ratificações e adesões recebidas em conformidade com os artigos 17 e 18;
- b) A data da entrada em vigor da Convenção, nos termos do artigo 19;
- c) As comunicações e declarações recebidas em conformidade com os artigos 19, 20, 23;
- d) As denúncias recebidas em conformidade com o artigo 21.

Artigo 25 - 1. A presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, será depositada junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

2. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas encaminhará cópias autenticadas da presente Convenção a todos os Estados.

* Adotada pela Resolução 2.106-A (XX) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 21.12.1965 - ratificada pelo Brasil em 27.03.1968



GABINETE VEREADORA CARLA PIMENTEL

Câmara Municipal de Curitiba

Fonte :

*TRATADO INTERNACIONAL: CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1968)** <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discriminacao.htm>